

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.666 - SP (2019/0024523-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : DANIELA MOREIRA ROSA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO MAURO BARRUECO E OUTRO(S) - SP162604  
ANDRE DOS SANTOS ANDRADE - SP300217  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : DEBORA MENDONÇA TELES - SP146834  
DENISE ARENT MIOTTO E OUTRO(S) - SP175339  
ANNA CAROLLINE NEVES RIBEIRO - SP404944

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR DAS ASTREINTES PELO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. APLICAÇÃO DE ASTREINTES. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR ESTABELECIDO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. DESPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA AGRAVANTE E ALTERAÇÃO DE OFÍCIO DA DECISÃO AGRAVADA. REFORMATIO IN PEJUS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica, em fase de cumprimento de sentença.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Consoante entendimento da Segunda Seção desta Casa, é admitida a redução do valor da astreinte quando a sua fixação ocorrer em valor muito superior ao discutido na ação judicial em que foi imposta, a fim de evitar possível enriquecimento sem causa.
4. Violação do princípio da vedação da reforma em prejuízo da parte agravante, orientado pelos princípios do dispositivo, da congruência e do devido processo legal.
5. Decote do acórdão recorrido do tópico em relação a redução, de ofício, do valor da astreinte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por DANIELA MOREIRA ROSA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 27/08/2018.**

**Concluso ao gabinete em: 08/11/2019.**

**Ação:** declaratória, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada pela agravante, para declarar inexistência de relação jurídica entre as partes, bem como determinar a abstenção da prática de atos de cobrança, sob pena de multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

**Decisão interlocutória:** deferiu a redução das astreintes arbitrada anteriormente, de R\$ 20.335,000,00 para R\$50.000,00, por entender que o valor da sanção se mostraria excessivo e desproporcional, superando em muito o valor da causa, que era inferior à R\$10.000,00 (dez mil reais).

**Acórdão:** negou provimento ao agravo de instrumento e, de ofício, reduziu as astreintes para R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

**Embargos de Declaração:** opostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 492 e 537, §1º, do CPC/2015, bem como dissídio jurisprudencial. Insurge-se contra a redução das astreintes. Alega julgamento *extra petita* e *reformatio in pejus*.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Do reexame de fatos e provas e da Súmula 568/STJ**

O Tribunal de origem, ao decidir no sentido de que: "No entanto, diante das circunstâncias do caso concreto, o valor das astreintes é desarrazoado e, em consequência, deve ser reduzido" (e-STJ fls. 124), o fez com base no acervo fático-probatório dos autos, e alterar esse entendimento exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Por outro lado, a título de complemento, se assim não fosse, o Tribunal de origem julgou em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que o valor das astreintes não pode tornar-se mais interessante que o próprio cumprimento da obrigação principal. Dessa forma, o valor das astreintes deve ser elevado o bastante para inibir o devedor que intenciona descumprir a obrigação e para sensibilizá-lo de que é financeiramente

mais vantajoso seu integral cumprimento. De outro lado, é consenso que esse valor não pode implicar enriquecimento injusto. Precedentes: REsp 793.491/RN, Quarta Turma, DJe 06/11/2006; REsp 1.060.293, Terceira Turma, DJe 18/03/2010.

Portanto, consoante entendimento da Segunda Seção desta Casa, é admitida a redução do valor da astreinte quando a sua fixação ocorrer em valor muito superior ao discutido na ação judicial em que foi imposta, a fim de evitar possível enriquecimento sem causa. Precedentes: AgRg no AREsp 516.265/RJ, Quarta Turma, DJe 26/08/2014; AgRg no AREsp 363.280/RS, Terceira Turma, DJe 27/11/2013; e REsp 947.466/PR, Quarta Turma, DJe 13/10/2009.

Por isso, correto o Tribunal de origem em manter a redução das astreintes, devendo o acórdão ser reparado apenas no que diz respeito à diminuição, por ofício, das astreintes para o valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

**- Da "*non reformatio in pejus*"**

O Tribunal de origem, ao decidir no sentido de reduzir as astreintes, de ofício, de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para o montante de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), contrariou o entendimento do STJ no sentido de que a possibilidade de se alterar o valor ou periodicidade da multa ou mesmo de se retirar ou incluir termo final para a sua incidência em sede recursal depende dos limites a que adstrito o Tribunal pela devolutividade mesma do recurso interposto.

Na hipótese, o acórdão recorrido, quando do julgamento do recurso manejado pela agravante, de ofício, reduziu o valor das astreintes estipulada pelo magistrado de primeiro grau, agravando a situação da agravante, sem que tivesse o credor das astreintes impugnado a decisão recorrida no que diz respeito ao referido valor.

Violou-se, portanto, princípio processual consubstanciado na impossibilidade de agravamento da situação da agravante mediante o julgamento de seu próprio recurso, sintetizado como "*non reformatio in pejus*". Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 978.709/SC, Terceira Turma, DJe 29/10/2014; AgRg no

Ag 1.298.798/RS, Quarta Turma, DJe 09/06/2011; AgRg no Ag 1.078.288/RJ, Quarta Turma, DJe 01/07/2010; e REsp 1.239.714/RJ, Quarta Turma, DJe 17/02/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, devendo-se decotar do acórdão recorrido a redução da astreinte, afim de que seja restabelecido o valor arbitrado pelo juízo de primeiro grau, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora